

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

Arrogância de Esquerda!

O Governo de Sócrates já nos vinha indiciando, nestes seis meses que leva de poder, um autismo arrogante de quem julga que uma maioria absoluta significa um poder absoluto.

Mas as últimas semanas cheias de extraordinárias declarações dos candidatos de esquerda à Presidência da República vieram confirmar que a arrogância não é restrita ao Governo, mas caracteriza estruturalmente a Esquerda portuguesa. Parece que só há verdade à esquerda!

Lembre-mos do assalto e tomada de poder de todos os órgãos do Estado, por parte do Governo - de forma nunca vista nos trinta anos de Democracia, desde o 25 de Abril - não contando com o assalto e saque generalizado a todos os cargos regionais e locais dos serviços públicos, tais como segurança social, saúde, juventude, etc.

Lembre-mos ainda, sem grande dificuldade, da forma irresponsável como o Governo tem tratado os vários sectores da sociedade e do Estado, impondo sem ouvir e escolhendo sem critério, aumentado as desigualdades sociais. E das formas como trata o "deficit" público (fundamentalmente pela óptica da receita) e como define investimentos e prioridades públicas mais de que duvidosas, e como trata sectores sensíveis, como a Justiça, agudizando a crise sem a resolver.

Acresce a tudo isto as acusações e declarações de Soares e de Alegre sobre Cavaco Silva, querendo fazer parecer que só eles são os detentores da verdade, e que só a esquerda tem razão!

Esta atitude é perigosa e mesmo antidemocrática. Soares, aliás, devia reflectir melhor sobre o que diz, deixando os seus tiques monárquicos, de quem acha que só a sua família serve Portugal, ficando agastado quando o eleitorado com ele não concorda, o que tem acontecido com alguma frequência, felizmente!

Que Soares é profissional da política ninguém duvida. Nunca ninguém o viu fazer mais nada. Talvez por isso lhe seja difícil aceitar que outros há, felizmente vai havendo, que vivem para lá da política, com profissões na sociedade civil, aceitando servir o interesse público de forma descomprometida, para o bem de todos e não apenas para satisfação pessoal e para fins meramente egoísticos...

Felizmente Cavaco não é como Soares! Essa é uma das razões porque precisamos dele em Belém!

PSD Apoia CAVACO



Destaques

■ Cavaco Silva

«As minhas ambições para Portugal»

(Pag. 2 e seguintes)

■ Posse de Carmona Rodrigues

(Pag. 8)

■ Conselho Nacional do PSD

(pag.16)

«As minhas ambições para Portugal»

O Professor Aníbal Cavaco Silva apresentou na Alfândega do Porto o seu “*Compromisso com os Portugueses*”



O meu compromisso com os Portugueses, no caso de merecer o seu apoio e ser eleito Presidente da República, emana da minha visão de futuro e das minhas ambições para Portugal.

A minha acção política será determinada por aquilo que quero para o nosso País e que agora apresento aos Portugueses. As minhas ambições para Portugal serão o referencial da minha magistratura como Presidente da República.

As ambições de um Presidente da República não devem estar estritamente limitadas pelo horizonte temporal do seu mandato. Portugal precisa que a acção política não seja refém das ilusões dos benefícios de curto prazo e se desenvolva com sentido de futuro.

Mas as ambições de um Presidente da República, para serem eficazes como referências para a sua acção, não podem estar tão longe no tempo que sejam vistas pelos cidadãos como sonhos irrealistas. Devem ser percebidas como

objectivos realizáveis, susceptíveis de mobilizarem o esforço dos Portugueses.

As ambições para Portugal que inspirarão a minha acção política têm presente a situação difícil que atravessamos, a experiência vivida depois de Abril de 1974, em particular nos últimos 20 anos, depois da adesão à União Europeia, assim como as mudanças ocorridas na cena internacional.

As minhas ambições não são promessas de realização de medidas ou linhas de acção executiva, porque ao Presidente da República não cabe legislar ou governar. As competências para a definição e execução das políticas e aprovação de medidas legislativas pertencem ao Governo e à Assembleia da República.

O meu compromisso é o de colocar o meu saber e a minha experiência ao serviço de Portugal e dos Portugueses e tudo fazer, no estrito respeito pelo equilíbrio de poderes consagrado na Constituição da República, para que, no período de cinco anos do mandato,

se verifiquem avanços significativos na realização de ambições que, estou convencido, correspondem aos grandes anseios da generalidade dos Portugueses. Refiro-me especialmente à construção de uma sociedade mais justa e solidária e ao reforço da coesão social; à melhoria da qualidade da nossa democracia; ao regresso do País ao caminho de aproximação aos níveis de desenvolvimento médio da União Europeia e de Espanha; à recuperação dos nossos atrasos em matéria de qualificação dos recursos humanos; à melhoria da organização do território e da qualidade ambiental e ao desenvolvimento cultural; e a um Portugal protagonista activo e credível na cena internacional.

O Presidente da República pode desempenhar um papel importante na mobilização das energias nacionais para os grandes desafios que urge enfrentar e na difusão de uma atitude de confiança, optimismo e vontade de vencer. Um Presidente da República

que projecte uma imagem de competência e honestidade, de exigência e ambição, de intransigência em relação ao laxismo e à corrupção pode contribuir para dignificar o Estado e impulsionar a viragem por que os Portugueses anseiam.

Reforço da qualidade da nossa democracia

Se é certo que o regime democrático e pluralista está hoje bem enraizado na sociedade portuguesa e é aceite pela generalidade das forças políticas, também é certo que há uma percepção muito comum sobre necessidade de melhorar a qualidade da nossa democracia representativa.

O aprofundamento da qualidade da democracia deve constituir um objectivo permanente dos agentes políticos e será para mim uma ambição prioritária da magistratura do Presidente da República.



Em primeiro lugar, é necessário que as instituições fundamentais da democracia representativa sejam respeitadas e gozem de elevada credibilidade, o que pressupõe que aqueles que servem a causa pública em lugares políticos sejam vistos pelos cidadãos como honestos, competentes e rigorosos, cumpram as promessas feitas, tenham sentido de Estado e sentido ético e actuem de acordo com o interesse nacional. Não me pouparei a esforços, no quadro das competências constitucionais do Presidente da República, para que a seriedade, a honestidade e a transparência imperem na vida política.

Por outro lado, os cidadãos devem ser mobilizados para uma participação mais intensa e exigente na vida cívica, porque isso ajudará a elevar a qualidade do nosso sistema político.

Uma democracia de qualidade pressupõe também a existência de condições para o pleno exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, no respeito pela autoridade do Estado.

Nesse sentido, entendo que faz parte da magistratura do Presidente da República a defesa de um sistema de justiça eficiente, responsável e célere na resolução dos litígios, que assegure o acesso dos cidadãos ao direito e lhes facilite o exercício de uma cidadania activa, e que favoreça o desenvolvimento económico e social do País. A credibilidade do Estado e a modernização da sociedade portuguesa exigem um sistema de justiça prestigiado, que suscite nos cidadãos um sentimento geral de segurança e certeza na aplicação da lei.

Da mesma forma, prestarei uma

atenção particular às questões da segurança das pessoas e dos seus haveres e da prevenção da violência. Neste domínio, cabem ao Estado responsabilidades indeclináveis, em particular às forças de segurança, às autoridades de investigação e aos serviços de recolha de informações. Devem ser-lhes assegurados os meios indispensáveis para uma actuação eficaz, no respeito pelos direitos individuais reconhecidos na Constituição e na lei.

O reforço da qualidade da democracia requer também uma atenção especial à reforma da Administração Pública, no sentido da aproximação aos cidadãos, da desburocratização, da transparência e da eficiência na prestação dos serviços públicos. Os servidores do Estado devem para isso ser motivados e responsabilizados, ao mesmo tempo que é preservada a dignidade do serviço público.

Exige-se que, nas escolhas dos altos responsáveis da Administração Pública, das instituições públicas e das empresas com participação de capitais públicos, predominem considerações de mérito e não critérios meramente político-partidários. Só assim se credibiliza o Estado e se evitam os custos sociais que resultam da substituição maciça de dirigentes sempre que muda o partido que suporta o Governo. Passados 30 anos sobre a instauração da democracia, é tempo de acabar com esta prática que, cada vez mais, mina as possibilidades de desenvolvimento do País.

São também exigências de uma democracia de qualidade uma comunicação social livre, plural e responsável e uma sociedade civil participativa, autónoma, dinâmica e que

cultive uma ética de responsabilidade.

Aproximação aos níveis de desenvolvimento da União Europeia e de Espanha

Uma segunda ambição a que atribuo a maior relevância é a do aumento do ritmo de crescimento da economia portuguesa, o regresso de Portugal à trajectória de aproximação aos níveis de desenvolvimento médio da União Europeia e da vizinha Espanha. Contribuir para vencer as actuais dificuldades económicas e financeiras do País é uma orientação que está no centro da minha decisão de candidatura à Presidência da República.

Nos primeiros quinze anos de participação na União Europeia, Portugal reduziu significativamente a distância que o separava do nível de desenvolvimento dos países da União, mas nos anos recentes atrasou-se consideravelmente e voltou a ser ultrapassado pela Grécia.

Inverter esta tendência é uma condição indispensável para combater o desemprego, enfrentar os fenómenos da pobreza e da exclusão social e melhorar as condições de vida dos grupos populacionais mais desfavorecidos. Não haja ilusões quanto a isso.

Não podemos resignar-nos a um crescimento medíocre da economia e a assistir ao aumento do desemprego e ao empobrecimento relativo do nosso País. Eu não me resigno.

Para regressar à trajectória de convergência com a União Europeia e com a Espanha e enfrentar com êxito o desafio do desenvolvimento equitativo, será necessário, como tenho vindo a afirmar desde há algum tempo, um esforço nacional visando a melhoria da produtividade e

competitividade da economia portuguesa e o aumento da produção de bens e serviços que concorrem com a produção estrangeira. Só assim as nossas empresas podem conseguir uma maior penetração nos mercados externos.

Precisamos de determinação e de uma vontade colectiva firme para enfrentar os nossos competidores e afirmar a confiança nas nossas capacidades.

Quer isto dizer que o desenvolvimento do País exige que as empresas portuguesas tenham sucesso no contexto da integração e globalização em que se insere a nossa economia, que se caracteriza por uma forte concorrência à escala internacional. As relações económicas e financeiras a nível global sofreram uma alteração dramática nos últimos quinze anos, influenciando todos os países, grandes e pequenos, principalmente em resultado da integração da China na economia mundial.

No tempo que vivemos, os agentes políticos, se quiserem contribuir eficazmente para vencer a crise económica, devem estar bem conscientes das

implicações da globalização, do alargamento da União Europeia para o Leste europeu e da participação do País na zona Euro, principalmente das exigências que se colocam aos governos para fazer face à intensificação da concorrência. A análise desta nova realidade, que a todos os países se impõe, desde há muito que merece da minha parte uma atenção cuidada.

Empenhar-me-ei no estímulo ao empreendedorismo e à criatividade dos agentes económicos e sociais, na consciencialização e mobilização dos empresários, gestores, sindicatos e trabalhadores para as acções a desenvolver ao nível das

empresas. Tudo isto visando o aumento da produtividade e a alteração da estrutura da produção, no sentido de maior valor acrescentado e maior conteúdo tecnológico.

Às autoridades cabe criar um ambiente favorável à actuação das empresas, estimular os empresários e gestores a assumirem-se como verdadeiros agentes de mudança e inovação, incentivá-los a investirem em investigação e desenvolvimento e a introduzirem as tecnologias de informação nos processos produtivos.

Os sectores tradicionais da nossa indústria, como os têxteis, o vestuário e o calçado, pelo número de pessoas que dele dependem e pela sua concentração regional, não podem deixar de merecer uma atenção especial, porque não é realista esperar a sua substituição, no curto prazo, por sectores tecnologicamente mais avançados e gozando de procura mais dinâmica.

Sei bem como as políticas públicas

são importantes para o regresso da economia portuguesa à trajectória de convergência sustentada com a Europa, especialmente pelo contributo que podem dar para a redução das ineficiências económicas e aumento da produtividade. De mim, o governo, qualquer governo, pode esperar cooperação. Sobretudo a cooperação estratégica que permita ao País percorrer solidamente os caminhos da modernização e do progresso.

A resolução da crise das finanças públicas em que o País tem estado mergulhado e que reflecte, em boa parte, a má relação custo-eficácia dos serviços públicos, não é apenas uma exigência da nossa participação na zona Euro. Embora não sendo um objectivo em si, é uma condição necessária à sustentabilidade da recuperação da economia portuguesa. O problema deve ser enfrentado com sentido de justiça e solidariedade, sem prejudicar a competitividade das empresas e preservando a coesão social.

Numa perspectiva de futuro e colhendo as experiências de outros países, importa discutir o papel do Estado neste início do século XXI, sem que isso signifique confiná-lo às funções de soberania e de regulação e fiscalização, nem menosprezar a importância da função redistributiva, de corrector das falhas de mercado e de promotor da igualdade de oportunidades.

Mais importante do que a consolidação orçamental para o reforço da competitividade e desenvolvimento do País são as políticas públicas dirigidas, por um lado, à qualificação dos recursos humanos, através da redução das ineficiências do sistema educativo e da formação da mão-de-obra ao longo da vida. E, por outro lado, as políticas dirigidas à redução da burocracia e ao aumento da eficiência e transparência da Administração Pública, à qualidade do sistema de justiça, à gestão rigorosa das unidades de saúde, à redução da dependência energética do exterior e ao combate ao desordenamento do território, este particularmente importante para a indústria do turismo.

Continuo convencido de que o diálogo e a concertação social entre o governo

e os parceiros sociais podem dar um contributo positivo para o desenvolvimento global do País e a criação de emprego. Porque facilitam a compreensão e a resolução dos problemas nacionais, permitem uma melhor conciliação entre os interesses específicos de cada grupo e o interesse geral e contribuem para a redução das tensões sociais.

Entendo que faz parte da magistratura do Presidente da República contribuir para que Portugal reforce a sua imagem no

estrangeiro como País onde vale a pena investir. O investimento estrangeiro de qualidade, principalmente nas áreas da indústria e dos serviços de tecnologia avançada, tem um efeito muito positivo sobre a eficiência na produção e na gestão empresarial, na modernização tecnológica e na penetração dos produtos portugueses nos mercados externos.

Penso que a nossa periferia geográfica em relação à Europa pode ser compensada pelas oportunidades oferecidas pela amplitude da fachada atlântica e pela jurisdição sobre uma área marítima de grande dimensão, cujas potencialidades permanecem insuficientemente conhecidas e exploradas.

da média da União Europeia, constitui uma ambição determinante da minha magistratura, se for eleito Presidente da República. É um objectivo que se estende para além do mandato do Presidente da República, mas que exige desde já uma atenção prioritária de todos os órgãos de soberania, pelo seu papel central na estratégia de desenvolvimento e na realização de uma efectiva igualdade de oportunidades.

É generalizado o reconhecimento de que a baixa qualificação da nossa população activa constitui um dos obstáculos maiores ao desenvolvimento do País e condiciona decisivamente o nível de vida dos Portugueses.

Impõe-se uma mobilização dos

qualidade do ensino superior, quer na resposta às qualificações exigidas pelo mercado quer na qualificação de alto nível para a investigação científica. Defendo um apoio firme à ciência, à criação de centros de excelência e à internacionalização da comunidade científica.

Impõe-se uma maior aproximação entre as empresas e as universidades e institutos públicos de investigação, de forma a que o desenvolvimento científico e tecnológico se traduza efectivamente em reforço da capacidade competitiva do País.

Defendo igualmente um esforço de formação da força do trabalho, de forma a adaptá-la às mudanças tecnológicas que têm vindo a verificar-se e às exigências de uma



A experiência que acumulei durante os anos de Primeiro-Ministro e o conhecimento que tenho da realidade portuguesa e internacional justificam que considere que a magistratura do Presidente da República pode ter um papel positivo no apoio às políticas públicas e na mobilização das energias nacionais, para a realização do objectivo do desenvolvimento equitativo e a promoção do necessário clima de confiança e estabilidade. O Presidente da República, nas condições que o País atravessa, deve ser, no quadro das competências que a Constituição lhe atribuiu, um verdadeiro agente de desenvolvimento, em convergência com os outros órgãos de soberania.

Aumento da qualificação dos recursos humanos

A recuperação dos atrasos do País em matéria de qualificação dos recursos humanos, aproximando-nos

agentes políticos, dos pais, dos professores e das organizações da sociedade civil para a melhoria da eficiência dos sistemas de ensino básico e secundário, para o combate ao insucesso e abandono escolar e para a difusão da ideia da importância crucial da educação.

Para quem, como eu, a igualdade de oportunidades é um valor fundamental, os resultados actuais em matéria de percentagem de jovens que completam o ensino secundário não pode deixar de merecer a maior atenção. A formação ao nível do ensino secundário é hoje um patamar de conhecimentos indispensável para que os cidadãos actuem no quadro da economia do conhecimento e no contexto da globalização. Atenção especial deve ser prestada às regiões mais desfavorecidas, para impedir que os jovens sejam desviados dos estudos por razões económicas do agregado familiar.

Defendo uma aposta forte na

economia e uma sociedade baseadas no conhecimento, assim como o desenvolvimento de uma cultura de formação ao longo da vida.

A evolução do nosso modelo de desenvolvimento, no sentido do reforço das componentes de inovação ao nível dos produtos e dos processos e da generalização do uso das tecnologias de informação, indispensável para que o País vença no contexto da integração e globalização dos mercados, justifica, em meu entender, o apoio activo e empenhado do Presidente da República à redução do défice estrutural de qualificação dos recursos humanos nacionais, no respeito pelas competências constitucionais dos diferentes órgãos de soberania.

A juventude, sem dúvida uma das forças mais decisivas para a construção de um futuro melhor, terá em mim um agente político atento aos seus sonhos e preocupações, empenhado em fazer ouvir a sua voz e

em garantir a igualdade de oportunidades.

Melhoria da organização do território e da qualidade ambiental e desenvolvimento cultural

A correcção do desordenamento da ocupação do território, que se verifica em várias zonas do País, principalmente no litoral, a requalificação das cidades, a melhoria da qualidade ambiental e o desenvolvimento cultural constituem uma outra grande ambição que inspirará a minha acção política.

O objectivo é contribuir para fazer de Portugal um espaço europeu que proporcione qualidade de vida e onde se tenha gosto em viver, bem como

secundarizado quando as condições económicas são mais difíceis. Nesse sentido, empenhar-me-ei na defesa da língua portuguesa, na dinamização das actividades culturais e no alargamento do acesso das populações aos bens culturais, apoiarei a educação para a cultura e as artes e procurarei dar voz às aspirações dos produtores culturais.

Construção de uma sociedade mais justa e solidária

A construção de uma sociedade mais justa e solidária e o reforço do nível de coesão social é outra grande ambição que guiará a minha magistratura presidencial, no caso de merecer a confiança dos portugueses.

garantida a equidade no acesso aos cuidados de saúde, a prontidão no atendimento humano, a cobertura atenta de toda a população, mas também a gestão rigorosa das unidades de saúde, de modo a evitar o desperdício de recursos.

Quero um País em que o sistema de segurança social seja financeiramente sustentável e assegure a todos, no presente e no futuro, um nível de vida digno perante os riscos de desemprego, doença, invalidez e velhice.

Quero um País que não se conforme com a existência de bolsas de pobreza e exclusão social e promova o combate efectivo à toxic dependência e ao alcoolismo. Não me conformo com a

urbanos aí existentes.

Considero dever do Presidente da República empenhar-se para que sejam ouvidos os legítimos anseios e os direitos dos grupos mais vulneráveis da nossa sociedade, como os deficientes, os idosos, os reformados, os desempregados e aqueles que, por não pertencerem a grupos organizados, não conseguem encontrar quem os defenda e alerte para as suas dificuldades.

Portugal protagonista activo e credível na cena internacional

Outra ambição que quero salientar é a de um Portugal protagonista activo e credível na cena internacional, na linha da vocação humanista e universalista da nossa cultura, da nossa tradição de abertura ao mundo e da nossa capacidade de relacionamento com outros povos e culturas.

No âmbito da função de representação do Presidente da República, prestarei atenção especial à defesa dos interesses de Portugal no plano externo e ao seu contributo para a preservação da paz no mundo, para a difusão e consolidação dos valores da democracia, para o combate à pobreza e ao terrorismo e para o respeito dos direitos humanos.

A defesa dos interesses Portugueses exige que, na cena internacional, os titulares dos órgãos de soberania demonstrem unidade nas suas posições e atitudes. Procurarei, através da capacidade de intervenção do Presidente da República nos meios internacionais, reforçar as linhas de orientação e os objectivos centrais da política externa portuguesa, em cooperação estratégica com o Governo, de modo a garantir a todo o tempo a imagem de unidade do Estado.

Defendo uma participação activa de Portugal no processo de construção europeia, contribuindo para melhorar a resposta da União Europeia às aspirações concretas dos cidadãos, para reforçar a sua capacidade de intervenção no plano internacional e para preservar a solidariedade como um

dos pilares do projecto de integração.

A União Europeia não pode deixar de constituir uma das grandes prioridades da política externa portuguesa. Ficou provado, nos últimos vinte anos, que o quadro europeu é o que oferece aos Portugueses melhores possibilidades de desenvolvimento, é o que melhor garante a defesa dos interesses de Portugal

e lhe possibilita maior afirmação internacional. O sucesso do projecto europeu é um valor estratégico para Portugal.

A participação activa de Portugal no projecto europeu não colide, antes



garantir a sustentabilidade do desenvolvimento.

Procurarei alertar as consciências e mobilizar esforços para a recuperação das áreas urbanas degradadas, principalmente na periferia das grandes cidades, para travar a construção desordenada na faixa do litoral, para o combate aos focos de poluição, para a preservação da natureza e para a salvaguarda e valorização do nosso património histórico e cultural.

O desenvolvimento do País deve ser entendido em termos globais, compreendendo as dimensões: económica, social, ambiental e cultural. Todas influenciam o bem-estar dos cidadãos.

O Presidente da República, a quem a defesa dos valores essenciais da nossa identidade colectiva não pode deixar de merecer uma atenção especial, deve ser um agente incentivador do desenvolvimento cultural, que tende a ser

O desenvolvimento de Portugal, para ser sólido e duradouro, tem de ser equitativo, valorizando a pessoa humana e a solidariedade entre gerações e entre regiões.

Quero um País com condições para inverter a tendência para o agravamento do desemprego que se tem vindo a verificar – no 2º trimestre deste ano o número de desempregados atingiu 400.000 –, que ofereça aos jovens que entram na vida activa perspectivas de realização pessoal mais promissoras, que dê uma nova oportunidade àqueles que perderam o seu emprego em idade mais avançada, mas que têm capacidade para contribuir para a criação de riqueza.

Quero um País em que a igualdade de oportunidades seja uma realidade efectiva, em que a carência de recursos não impeça os jovens de alcançar um nível elevado de educação.

Quero um País em que seja

percentagem relativamente elevada de portugueses que não dispõem de rendimentos para poderem usufruir de condições de vida com o mínimo de dignidade.

Quero um País que, na actual situação em que recebe trabalhadores estrangeiros, preserve o seu tradicional repúdio pelo racismo e a xenofobia.

Estes são justos anseios da generalidade dos Portugueses e factores de coesão social. Justificam da magistratura do Presidente da República um apoio activo e empenhado às acções dos governantes e de outras instituições que lhes dêem resposta efectiva.

No âmbito da coesão nacional, que ao Presidente da República cabe promover, apoiarei igualmente as acções dirigidas à redução das assimetrias de desenvolvimento entre as diferentes regiões do País, as acções que mobilizem as potencialidades do interior e fortaleçam os centros

valoriza, os laços históricos com os países que falam a nossa língua e as nossas ligações particulares com os EUA. As relações privilegiadas com estes países constituem uma componente essencial da afirmação do País no contexto europeu e internacional.

No respeito pelas competências dos outros órgãos de soberania, proponho-me contribuir para o aprofundamento de uma parceria estratégica com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor, convicto de que tal satisfaz interesses mútuos nos campos político, cultural, económico e empresarial. O mesmo se aplica ao Brasil, não só pelos laços de língua e de história que nos ligam, mas também pelo potencial de crescimento económico e de influência internacional que aquele país irmão encerra.

A defesa da língua portuguesa não pode deixar de ser a forma prioritária de reforço dos laços de fraternidade e de cooperação com os povos com quem partilhamos a língua de Camões. Apoiarei de forma convicta e empenhada a consolidação e o reforço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Portugal é, na União Europeia, um dos países em melhores condições para contribuir para o reforço do diálogo transatlântico em favor da paz, da segurança, da democracia e do desenvolvimento sustentável a nível mundial.

As comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo constituem um elemento de afirmação internacional de Portugal a que os responsáveis políticos têm o dever de prestar atenção especial, para melhor aproveitar o seu potencial como factor de entendimento e aprofundamento das relações com os países de acolhimento. A defesa dos interesses dos emigrantes e a sua ligação à Pátria são objectivos nacionais indiscutíveis, que me empenharei em promover e consolidar.

A afirmação de Portugal no Mundo não é independente das suas forças armadas. No exercício das funções de comandante supremo das forças armadas que a Constituição atribui ao Presidente da República, empenhar-me-ei na dignificação e prestígio das forças armadas portuguesas e acompanharei em permanência o seu processo de qualificação, actualização e modernização, tendo em vista adequá-las à complexidade das ameaças que as sociedades modernas enfrentam.

O País deve dispor de forças armadas motivadas e preparadas, não só para assegurar a defesa do território nacional, mas também para contribuir para o reforço da posição portuguesa na cena internacional, através da realização de missões de cooperação técnica junto dos países

de língua portuguesa e da participação em missões sob a égide das Nações Unidas ou no âmbito das organizações internacionais de defesa e segurança de que Portugal faz parte.

Uma magistratura activa no respeito pelos poderes previstos na Constituição

Ao PR não cabe legislar nem definir e executar políticas. São competências que, nos termos constitucionais, estão repartidas entre a Assembleia da República e o Governo. Aceito e respeito o equilíbrio de poderes previsto na Constituição, que considero adequado ao nosso sistema democrático.

Mas a magistratura do Presidente

segurança, ambição e coordenação de esforços. Conheço bem as dificuldades que se colocam a um governo nos tempos de mudança em que vivemos, que exige decisões corajosas e determinadas.

Procurarei contribuir para a prevenção e resolução dos conflitos políticos e sociais, favorecendo o diálogo, a negociação e a concertação e serei totalmente isento no relacionamento com os partidos políticos. Não tenho uma visão partidária da função presidencial e serei absolutamente independente e imparcial em relação às diferentes forças. O meu conhecimento dos assuntos do Estado e do funcionamento do nosso sistema

exigidas pela realização dos objectivos nacionais.

Empenhar-me-ei para que seja alcançado um consenso entre as forças partidárias quanto às linhas de orientação estratégica da modernização e desenvolvimento do País, para que as dificuldades sejam vencidas e Portugal volte a aproximar-se do nível de desenvolvimento da União Europeia.

A defesa da coesão nacional será um objectivo permanente da minha acção, porque só assim é possível satisfazer efectivamente a diversidade de interesses regionais e locais e assegurar condições favoráveis ao desenvolvimento. Aí incluo, em posição destacada, o apoio às



da República pode ser exercida activamente, de modo a contribuir para a realização dos objectivos que correspondem às grandes ambições da sociedade portuguesa, como seja uma democracia de maior qualidade, mais desenvolvimento e justiça social, aumento da qualificação dos recursos humanos, melhoria da organização do território e da qualidade ambiental, reforço da segurança interna ou afirmação de Portugal no Mundo.

Já deixei expresso como entendo que a magistratura do Presidente da República deve ser exercida para a realização destas ambições. Contudo, quero ainda acrescentar algumas linhas orientadoras da minha acção, caso seja eleito.

Considero da maior importância o papel do Presidente da República na defesa activa das condições de estabilidade política e governabilidade, de modo a que o Governo, formado de acordo com o voto dos eleitores, possa tomar as decisões de fundo que interessam ao futuro de Portugal e os caminhos da modernização sejam percorridos com

político é garantia de que saberei actuar com ponderação e equilíbrio, tendo sempre em vista os superiores interesses nacionais e a defesa do regime democrático.

É minha firme convicção que os desafios que Portugal tem de vencer para se modernizar e melhorar o nível de vida da sua população exigem um clima de estabilidade política. Entendo que nas circunstâncias actuais e face às mutações económicas e tecnológicas que têm vindo a ocorrer no mundo, não se trata apenas de o Presidente da República evitar crises políticas e expressar solidariedade e cooperação institucional aos outros órgãos de soberania, visando assegurar um espírito de unidade e consensualização no exercício das respectivas funções.

Entendo que o Presidente da República deve ir mais além e desenvolver uma cooperação estratégica com a Assembleia da República e com o Governo, de modo a assegurar a coerência, a consolidação e a clarificação das grandes linhas de orientação política

autonomias regionais dos Açores e da Madeira, realizações de sucesso da democracia portuguesa. Defendo o diálogo profícuo entre os órgãos de governo regional e nacional e o reconhecimento das especificidades das Regiões no quadro da solidariedade entre as diversas partes do todo nacional.

Defendo e valorizo o poder autárquico como resposta insubstituível às aspirações de bem-estar específicas das populações locais, no cumprimento do princípio da subsidiariedade. Nas circunstâncias em que o País se encontra, exige-se-lhe, tal como aos outros centros do poder político, uma atitude de grande rigor e transparência e um contributo sério para o desenvolvimento equilibrado e equitativo.

O papel positivo da magistratura do Presidente da República na estabilidade política, na modernização da economia e da sociedade, na prossecução da solidariedade e da coesão social e na mobilização das energias nacionais

para as grandes tarefas que urge realizar, contribuirá para o reforço do clima de confiança dos agentes económicos e sociais, que tão decisivo é para o progresso do País.

Todos sabemos que, quando o clima de confiança é baixo, as decisões de investimento não se concretizam, os capitais fogem para o estrangeiro, a criatividade e o espírito empreendedor esmorecem, a descrença instala-se, as fragilidades da economia agudizam-se, o desemprego aumenta.

Outra linha essencial da minha magistratura será o contacto regular com os Portugueses, em particular os menos favorecidos ou que não têm maneira de se exprimir de forma organizada, ouvindo a voz de todos e

procurando contribuir para o reforço da consciência cívica. Procurarei também contribuir para o esclarecimento e compreensão colectiva dos grandes problemas nacionais e dos termos e condições em que hoje se colocam as questões políticas.

Procurarei contribuir para a difusão das novas condições de desenvolvimento em sociedades abertas e dinâmicas e no contexto da globalização que caracteriza as relações económicas internacionais, em particular das exigências da competitividade.

Procurarei mobilizar as instituições da sociedade civil, as empresas e os cidadãos em geral para enfrentarem os complexos desafios colectivos que temos à nossa frente,

para que o País percorra com sucesso os caminhos mais seguros e justos para a realização das ambições de desenvolvimento, modernização e criação de emprego. Face às exigências de competitividade com que o País está confrontado, é de todo o interesse o desenvolvimento de uma convergência estratégica entre governantes e sociedade civil.

Patrocinarei as iniciativas que possam contribuir para o fortalecimento e difusão do espírito de iniciativa, inovação e competitividade, para a valorização do mérito e para a criação de uma verdadeira cultura de modernidade.

Procurarei afastar desânimos e pessimismos quanto ao futuro do País, reavivar a esperança e transmitir aos

Portugueses uma vontade nacional de vencer, progredir e responder com energia aos desafios colocados pela mudança, convicto que estou do papel decisivo da confiança nas nossas próprias capacidades.

É em nome deste conjunto de ambições para Portugal que, nos tempos difíceis que o País atravessa, considero necessária a minha candidatura a Presidente da República. Fazê-lo é para mim um imperativo de consciência. Não nos podemos resignar. Sei que os portugueses são capazes, sei que

Portugal pode vencer e é isso que me mobiliza, é para isso que empenharei toda a minha vontade.

Outubro de 2005

Conselho Nacional Extraordinário do PSD

Por Unanimidade e Aclamação o PSD apoia candidatura de Cavaco

No passado Sábado, reuniu extraordinariamente o Conselho Nacional do PSD, que aprovou por “unanimidade e aclamação” o apoio à candidatura à Presidência da República de Cavaco Silva, considerado pelos sociais-democratas como “o homem certo, na hora certa”.

“O PSD apoia convictamente e com grande entusiasmo a candidatura de Cavaco Silva”, afirmou o líder do PSD, Luís Marques Mendes, em declarações aos jornalistas, no intervalo da reunião do Conselho Nacional, que decorreu na sede do partido, em Lisboa.

Questionado pela Informação, na ocasião dessa comunicação, Marques Mendes frisou que “...o que é importante é que o partido foi muito claro no enorme entusiasmo ao apoio a Cavaco Silva”. Marques Mendes, que entretanto comunicou a Cavaco Silva a decisão do Conselho Nacional do PSD, desloca-se na segunda-feira à tarde à sede de candidatura do ex-Primeiro-Ministro e ex-Presidente do PSD, instalada no Campo Grande, em Lisboa.

A declaração do líder social-democrata à Informação, foi feita nos seguintes termos:

«O Conselho Nacional do PSD, reunido extraordinariamente esta tarde, deliberou por unanimidade e aclamação o apoio do Partido Social-Democrata à candidatura presidencial do professor Cavaco Silva.

«Pensamos que o Professor Cavaco Silva é o Homem certo, na Hora certa.

«É o Homem certo para gerar confiança em Portugal; e Portugal precisa de confiança, em si próprio e entre todos os Portugueses.

«Cavaco Silva é o Homem certo para dar credibilidade ao País e às suas instituições. As nossas instituições e Portugal precisam de credibilidade. O

Professor Cavaco Silva, pelo seu perfil de rigor, de homem sério, exigente e de confiança, será factor de credibilidade para o nosso País.

«E o Professor Cavaco Silva é também o Homem certo, para dar um novo ambiente de esperança e de orgulho, no futuro do nosso País.

«Enquanto Primeiro-Ministro, Cavaco Silva foi capaz de dar esperança e orgulho a Portugal. Uma vez eleito Presidente da República, ele será um exemplo, um símbolo e um motor para dar outra esperança aos jovens, aos menos jovens, a todos os Portugueses e para que Portugal sinta outro orgulho em si próprio, outro orgulho e esperança no seu futuro.

«Mas Cavaco Silva é também o homem certo nesta altura particular da nossa História.

«Num quadro de particular incerteza internacional, sobretudo por causa do fenómeno da globalização, sobretudo pelas preocupações no combate ao terrorismo, é importante que na chefia do Estado esteja alguém que seja um homem experiente, com grande sentido de Estado, profundamente conhecedor da situação e dos problemas da cena internacional.

«É o Homem certo, também, nesta hora de crise grave na União Europeia. Crise política e institucional, crise económica – a União Europeia não cresce – crise também orçamental e financeira.

«É importante ter na Presidência da República um Homem profundamente conhecedor dos mecanismos da União Europeia, para ajudar Portugal, para reforçar o diálogo europeu.

«E Cavaco Silva é também importante nesta hora de graves dificuldades que o País atravessa. Não

é o Presidente da República que governa; mas é importante que o Presidente da República seja um referencial de credibilidade; que seja um exemplo gerador de confiança; que seja alguém capaz de fazer com que os Portugueses se mobilizem em torno de si próprios e do seu País.

«Num momento difícil como este, Portugal precisa de ter um Presidente da República com provas dadas, com sentido de Estado, com rigor, com competência, com visão estratégica do futuro e capaz de mobilizar e estimular as energias nacionais.

«É por estas razões que o PSD apoia convictamente e com grande entusiasmo a candidatura do Professor Cavaco Silva. Não é uma candidatura partidária. É uma candidatura de uma pessoa que teve e iniciativa e a vontade de se candidatar. Não é uma eleição de Partidos; o Partido é que apoia a candidatura, não é o Partido que forja uma candidatura.

«Por isso, estaremos aqui empenhados, solidários, com toda a convicção, a apoiar o Professor Cavaco Silva; e temos a certeza de uma coisa: este foi um momento simples, mas muito importante. De alguma forma, estamos a fazer História: estabelecer a nossa possibilidade de poder ajudar a que Portugal tenha um Presidente da República que seja factor de confiança, credibilidade e esperança. E isso será uma vitória importante para Portugal.»

Algumas perguntas e respostas esclarecedoras

Luis Marques Mendes prestou-se, de seguida, a responder a algumas perguntas dos jornalistas presentes na sala de Imprensa da Sede e que tinham ouvido a declaração, tendo reafirmado o enorme

entusiasmo registado no decorrer do Conselho Nacional «... mas eu também tenho sentido, de Norte a Sul de Portugal e nas Regiões Autónomas, de todos os militantes, simpatizantes e aderentes do PSD, um grande apoio, um grande entusiasmo em volta da candidatura do Professor Cavaco Silva.

«Mas há mais: tenho sentido, ao longo destes meses, que muitas e muitas pessoas, que nada têm a ver com o PSD, que não têm filiação partidária, que são independentes ou sem partido, se revêem, desta vez, na candidatura do Professor Cavaco Silva. E por isso, não tenho dúvidas de uma coisa: esta candidatura é a candidatura que neste momento, serve Portugal.»

E mais adiante disse: «Esta candidatura é do Professor Cavaco Silva; não é a candidatura do PSD. O PSD, enquanto tal, não vai fazer a campanha. Esta é uma eleição unipessoal, a eleição de uma pessoa, não é uma eleição de Partidos.

«Agora, o PSD colaborará, empenhar-se-há em todas as iniciativas que lhe sejam solicitadas por parte da candidatura do Professor Cavaco Silva. Por isso é que a decisão tomada hoje em Conselho não é um ponto de chegada. A responsabilidade do Partido não termina aqui, hoje! Começa aqui! É um ponto de partida!

«E em todas as solicitações responderemos positivamente. Em todas as manifestações da candidatura, o PSD, os seus militantes e simpatizantes, não deixarão de se empenhar. Mas, sublinho, esta candidatura é muito mais alargada e muito mais abrangente, pois há muitas pessoas, muita gente, muitas organizações da sociedade civil, que acham, como nós, que estamos perante o Homem certo, no momento certo.»

- Povo Livre

Câmara de Lisboa

Posse de Carmona Rodrigues e da Assembleia Municipal da autarquia da capital



Realizou-se no dia 28 de Outubro, a tomada de posse do novo executivo camarário para o quadriénio 2005/2009, resultante do processo eleitoral do passado dia 9 de Outubro.

O presidente cessante da Assembleia Municipal, Modesto Navarro, procedeu à instalação da Assembleia Municipal de Lisboa, que tem por nova presidente Paula Teixeira da Cruz.

No último discurso enquanto presidente da Assembleia Municipal, Modesto Navarro confessou que a vida autárquica “é sempre mais complexa do que imaginamos, mas enriquece a nossa existência e cultura democrática”. Para o presidente cessante, “o exercício do poder deve ser sempre relativizado e levado a cabo com o espírito e a vontade características de autarcas de corpo inteiro, ao serviço do bem-estar de todos, da paixão de inovar e transformar, pensando nos que sofrem e que não têm condições de vida dignas. É a este povo que respeitamos que devemos dirigir o nosso trabalho, a nossa inteligência e vontade, convocando-o mais uma vez para os desafios deste mandato”.

O novo executivo da Câmara Municipal de Lisboa é constituído, no PSD, pelo presidente Carmona Rodrigues, Fontão de Carvalho (vice-presidente), Marina Ferreira, Pedro Feist, Gabriela Seara, António Proa, José Amaral Lopes e Sérgio Pinto.

Os vereadores socialistas são Manuel Maria Carrilho, Nuno Gaioso Ribeiro, Natalina Moura, Maria Isabel Seabra e Dias Baptista, enquanto os representantes da CDU serão Ruben de Carvalho e Rita Magrinho. Sá Fernandes representará o BE e Maria José Nogueira Pinto o CDS-PP.

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Carmona Rodrigues, confessou-se orgulhoso e satisfeito por ter recebido a “confiança dos lisboetas”, afirmando que não abdicará “da defesa intransigente dos interesses da cidade de Lisboa”.

Para o autarca, esta responsabilidade é assumida “com a certeza de que a credibilidade dos políticos só é conseguida se soubermos cumprir as promessas, os princípios, os valores, as ideias e os projectos que defendemos em campanha. Uma responsabilidade que encaramos com a humildade de quem sabe que estas funções servem para servir a cidade e os lisboetas. São provisórias, públicas e de todos. Deixaremos a cidade melhor do que a encontramos, como fizemos todos quantos nos antecederam”.

Carmona Rodrigues fez questão de mencionar João Amaral, “homem que me deu posse há quatro anos, que jamais esquecerei e que tentarei ter sempre como uma referência na defesa dos interesses da cidade”, não esquecendo o seu antecessor, Pedro Santana Lopes, “pela possibilidade que me deu de participar neste grande desafio que é de tornar Lisboa uma cidade melhor para todos”.

As atitudes tomadas dos vereadores da oposição: Onde estão as suas promessas eleitorais?

O resultado das eleições ditou que o PSD obtivesse oito mandatos, enquanto o PS ficou com cinco mandatos, a CDU com dois e o bloco de esquerda e o CDS-PP com um cada.

Todos os vereadores de esquerda declararam que ficarão na oposição, não aceitando quaisquer pelouros, e apenas a vereadora democrata-cristã se disponibilizou para colaborar na governação.

As conversações entre o Presidente e Maria José Nogueira Pinto começaram na terça-feira, mas não estão terminadas, tendo a vereadora do CDS afirmado pretender um pelouro que “esteja no âmbito das suas competências”, afirmando poder trabalhar em diversas áreas, nomeadamente “finanças, património, acção social, cultura”.

Na sua opinião, o pelouro da acção social deve ter a tutela da Gebalis, empresa municipal que gere os bairros sociais, que considera “instrumental e funcional” em relação ao trabalho social.

Aos jornalistas, Carmona Rodrigues disse não estar “stressado” com o facto de não existir até agora um acordo, lembrando que o executivo do seu antecessor, Santana Lopes, também não tinha ainda feito coligação com o vereador Paulo Portas, quando tomou posse.

“Agora é que vai começar o passo da definição dos pelouros. É cedo para falar nisso”, afirmou, manifestando-se “confiante” de que terá “uma boa equipa e uma boa governabilidade”.

O Professor Carmona Rodrigues admitiu que este assunto estará “fechado” durante a próxima semana (esta semana, relativamente à data da publicação deste número do “Povo Livre”) e adiantou que a primeira reunião do novo executivo camarário, que servirá para fazer a delegação de competências da Câmara no presidente, foi marcada para a próxima quarta-feira (hoje) de manhã.

Dos pelouros que já estão definidos, Carmona adiantou que Amaral Lopes ficará com a cultura, Pedro Feist com o desporto, pasta que deteve durante muitos anos na autarquia, o património e as finanças ficarão a cargo do vice-presidente, Fontão de Carvalho, e o ambiente regressará para as mãos de António Proa.

O presidente assumirá o urbanismo e o turismo, enquanto Marina Ferreira, anterior presidente da Autoridade Metropolitana de Transportes, ficará com a pasta do trânsito.

Ruben de Carvalho frisou que estará na oposição e que rejeitará as propostas que não servirem a população e que aprovará aquelas que forem positivas para a cidade – o que parece significar que rejeitará todas...

Postura semelhante prometeu Sá Fernandes (Bloco de Esquerda): “se as propostas forem boas digo que sim, se não forem, digo que não”. Como nunca disse que sim a coisa alguma, possivelmente assim continuará...

O socialista Manuel Maria Carrilho escusou-se a fazer declarações aos jornalistas.

Dos outros vereadores do PS, João Matias pediu renúncia, sendo substituído por Isabel Seabra, que integrará o grupo de eleitos socialistas, ao lado de Nuno Gaioso Ribeiro, Madalena Moura e Dias Baptista.

– Lusa, Povo Livre, Fotos cortesia do DCI da CML





Carlos Coelho: definir uma política europeia comum de imigração

O Deputado do PSD Carlos Coelho defendeu no Plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, que “é necessário definir, o mais rapidamente possível, uma política europeia comum de migração, que seja clara, coerente e que possa gerir eficazmente os fluxos migratórios”.

Carlos Coelho, citando um relatório das Nações Unidas salientou que “nos últimos 25 anos mais do que duplicou o número de migrantes no Mundo. São hoje cerca de 200 milhões e o seu destino é cada vez mais a União Europeia e já não tanto os países de imigração clássicos, como os EUA, ou o Canadá.

É inquestionável, acrescentou o Deputado, o direito que homens e mulheres têm de procurar uma vida melhor noutro país que não o seu, tal como são legítimas as suas expectativas de entrarem num novo país, de forma segura, legal e com um pleno respeito dos seus direitos fundamentais.

Para que isso aconteça é necessário que a Europa tenha a capacidade para receber, tenha condições de acolhimento, de empregabilidade e de integração. E que saiba conduzir uma política de cooperação para o desenvolvimento que reduza as assimetrias de riqueza entre os países de origem e os de destino”.

O Deputado social-democrata defendeu que a acção da União Europeia deve assim passar por:

“- abrir novas vias legais de entrada na União Europeia - numa abordagem global e horizontal, adaptada às possibilidades reais de cada Estado Membro e que deverá ter em conta a Estratégia de Lisboa e a Estratégia Europeia para o Emprego. É, igualmente, positiva a ideia de se flexibilizar e tornar mais eficazes as modalidades de entrada com uma autorização de residência para fins de trabalho, bem como as normas mínimas de admissão de nacionais de países terceiros (esperando que a Comissão elabore uma proposta de directiva que defina as condições mínimas e suficientes para a admissão de nacionais de países terceiros, por motivos de trabalho, com o principal objectivo de abrir vias legais de imigração), e as autorizações de residência e de trabalho para os trabalhadores sazonais ou com um emprego de duração limitada.

- reforçar o combate às situações de entrada ilegal e tráfico de pessoas - em que cerca de 600.000 a 800.000 pessoas, por ano, são vítimas de tráfico (passando a integrar a estimativa de 12 milhões de pessoas que se encontram sujeitas a condições de exploração e trabalho forçado), sem esquecer a situação dramática daqueles que acabam por perder a sua própria vida (estima-se que morrem cerca de 2000 migrantes, por ano, tentando atravessar o Mediterrâneo, da África para a Europa). Sendo que dos 56 milhões de emigrantes que se encontram no território europeu, cerca de 10 a 15% são ilegais.

- promover uma integração efectiva dos migrantes - pois uma imigração bem sucedida está intrinsecamente ligada à eficácia da integração, com a definição de um conjunto de direitos comuns, mas tendo presente que excessiva ‘generosidade’ na concessão de outros direitos pode traduzir-se em maior rejeição e ser semente de indesejáveis reacções xenófobas (por ex. a concessão do direito de voto). Não devemos confundir o reconhecimento de direitos básicos aos migrantes com um complexo de direitos próprios de uma cidadania que é reconhecida através da atribuição da nacionalidade.

- definir uma política de regresso ao país de origem - com base na promoção do regresso voluntário e incluindo, eventualmente, medidas de apoio no país de origem. Esse regresso deverá processar-se de uma maneira segura, digna, humana e com um pleno respeito dos direitos humanos”.

Carlos Coelho defende que o combate ao crime organizado exige uma cooperação global

O Deputado do PSD Carlos Coelho defendeu no Plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, que “a prevenção e o controlo da criminalidade organizada requerem uma cooperação global, com respostas fortes e concertadas, com base nos princípios da transparência e do controlo democrático que se apliquem também à Europol. Igualmente importante é a existência de dados estatísticos rigorosos que permitam conhecer e analisar a verdadeira extensão e sofisticação deste flagelo”.

No debate de uma Decisão quadro relativa à luta contra a criminalidade organizada, Carlos Coelho começou por afirmar que “o facto de pessoas, bens, serviços e capitais poderem circular livremente não beneficia a máquina da Justiça, uma vez que os seus poderes de intervenção se restringem ao território abrangido pela jurisdição de cada Estado Membro”.

Salientando “que diversos Estados Membros reconhecem a existência de falta de confiança entre forças policiais locais distintas, recusando a partilha de informação”, Carlos Coelho afirmou que “não nos podemos admirar que essa falta de confiança se faça sentir ainda mais ao nível da União”.

O Deputado social-democrata defende assim que “é urgente que se instaure uma cooperação o mais ampla possível, com base em procedimentos comuns e numa harmonização mínima das normas jurídicas. Só assim, disse, poderemos levar a cabo um combate mais eficaz contra a criminalidade transnacional, evitando que as redes criminosas possam tirar vantagem das divergências e lacunas existentes nas legislações dos Estados Membros.

O facto de não existir um espaço judiciário comum tem levado ao surgimento de várias iniciativas comunitárias, no sentido de aproximar as legislações, reforçar a cooperação policial e judicial, criar equipas de investigação comuns e criar um mandato de captura europeu”.

Quanto à proposta de Decisão quadro, Carlos Coelho considerou-a “um passo importante ao estreitar a cooperação entre os Estados Membros e tentar encontrar uma abordagem comum, nomeadamente, através de um quadro mínimo de harmonização, quanto à definição de organização criminosa, às infracções e molduras penais e ao estabelecimento de princípios comuns de determinação de competência (de forma a impedir o atraso dos processos de instrução em virtude da ocorrência de litígios em matéria de competências)”.

Carlos Coelho considerou, no entanto, que “se bem que a criação de nova legislação seja importante, deverá ser, igualmente, dada uma especial atenção à implementação de legislação e à utilização de instrumentos já criados, como é o caso:

- da adopção e implementação do mandato europeu de obtenção de provas,
- da entrada em vigor da Directiva que viabiliza a criação de equipas comuns de investigação (ainda não transposta pela totalidade dos EM),
- da ratificação do mandato de detenção europeu, pelos EM que ainda não o fizeram,
- de uma clara definição da relação entre a Europol e a Interpol, de forma a aproveitar ao máximo as possibilidades que cada uma delas dispõe, evitando sobreposições.

Para lá das normas e do esforço legislativo isso deve traduzir-se em instrumentos concretos para as autoridades judiciárias e policiais, que necessitam de meios simples e eficazes para a prossecução das suas acções”.

Notícias de Cascais

Presidente da Eslováquia visitou Cascais

Na terça-feira da semana passada, ao meio-dia, o Presidente da República Eslovaca, Ivan Gasparovic, percorreu o Centro Cultural de Cascais, no âmbito de uma visita de Estado a Portugal, para inaugurar uma exposição de Ladislav Struhár, considerado um dos melhores fotógrafos eslovacos de todos os tempos.

A mostra que ficou patente naquele espaço até 1 de Novembro, permitiu ao público conhecer um pouco da cultura eslovaca e o que de melhor se faz num dos mais recentes países da União Europeia.

Ladislav Struhár nasceu em 1954, em Bratislava. O seu trabalho já foi apresentado em exposições na Eslováquia, Áustria, Nova Iorque, Bélgica, Hungria. É autor de várias publicações sobre fotografia, destacando-se "Slovakia – Garden of Dreams". Algumas fotografias desta obra estão patentes na mostra que foi inaugurada no Centro Cultural de Cascais, pelo Chefe de Estado daquele País



Estoril recebe Mundial de Bridge



O Pavilhão de Congressos do Estoril foi o local escolhido para servir de palco ao Campeonato do Mundo de Bridge, que se realiza pela primeira vez em Portugal, tendo começado a 22 de Outubro e encerrando no próximo Sábado.

A competição, de grande prestígio mundial, trouxe ao Estoril os melhores praticantes mundiais desta modalidade e muitas figuras mediáticas nacionais e internacionais.

O Campeonato do Mundo de Bridge representou um importante estímulo para a economia local, pois está a envolver, entre organização, jogadores, acompanhantes e jornalistas, cerca de 1.500 pessoas, gerando cerca de 25 mil dormidas, dinamizando o comércio, restauração e hotelaria, contribuindo para o desenvolvimento turístico da região, traduzido num volume de negócios estimado em 3.000.000 euros.

A organização esteve a cargo da Federação Portuguesa de Bridge e conta com o apoio da Câmara Municipal de Cascais e da Junta de Turismo da Costa do Estoril.

A apresentação à imprensa realizou-se na quinta-feira, dia 20 de Outubro, às 12 horas, no Auditório do Centro Cultural de Cascais, numa sessão que contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d'Orey Capucho e dos presidentes da Federação Mundial de Bridge, José Damianis e da Federação Portuguesa de Bridge, Herculano Ferreira.

O Museu da Música Portuguesa reabre portas no Estoril

Após obras de reabilitação, a Casa Verdades de Faria – Museu da Música Portuguesa, no Estoril, vai reabrir portas amanhã, 27 de Outubro, pelas 18 horas, numa cerimónia que dará a conhecer o novo programa museológico do Museu.

Este museu, único pela circunstância de reunir os espólios de Michel Giacometti e Fernando Lopes-Graça, que trabalharam em conjunto na defesa, preservação, valorização e divulgação da música portuguesa, apresenta um acervo de incontornável importância para o estudo da música do século XX português, pode ser encontrado e disponibilizado neste museu, que quer assumir-se como um espaço

aberto à discussão e reflexão sobre «música portuguesa».

O espólio de Michel Giacometti, em particular a sua colecção de instrumentos musicais portugueses e, posteriormente, a sua biblioteca especializada, constituem as colecções fundadoras do Museu da Música Portuguesa, que teve a sua primeira fase de instalação na Casa Verdades de Faria em 1987. Fernando Lopes-Graça decide, por sua vez, em 1994, doar todo o seu espólio à Câmara Municipal de Cascais para ser integrado no Museu da Música Portuguesa.

Para além das tarefas que lhe estão por definição atribuídas, como a de preservar, conservar, estudar e

divulgar as suas colecções, o Museu da Música Portuguesa pretende desenvolver um conjunto de acções no âmbito da investigação, comunicação e educação, com um programa de acção cultural abrangente. Um programa regular de exposições temporárias que apresentarão o trabalho de investigação sobre o acervo do museu, sobre temas de etnomusicologia e musicologia, sobre os compositores e intérpretes, a realização de ciclos de concertos, conferências, colóquios, cursos de interpretação e ateliês de música, programas de acção educativa para públicos diferenciados e abrangendo vários níveis etários, farão deste museu um espaço

dinâmico, aberto à sociedade, e de referência para a música portuguesa. O Centro de Documentação, e em conjunto com a implementação de protocolos com Universidades e Centros de Investigação, promoverá o desenvolvimento de estudos de música portuguesa.

O Museu, aberto ao público em todas as suas valências, promoverá ainda visitas guiadas à casa e museu, em particular à Sala Michel Giacometti, exposição permanente da colecção de instrumentos musicais.

No dia 27 de Outubro, o programa de reabertura do Museu, inclui uma visita à Casa Verdades de Faria e à Exposição Permanente, bem como um concerto com o Coro de Câmara da Universidade Clássica de Lisboa.

Ainda no âmbito da reabertura do Museu, está agendado um programa especial para os dias 29 e 30 de Outubro, que poderá consultar em anexo.

O Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d'Orey Capucho estará presente na iniciativa. – Gab. Imprensa CMC



Notícias de Braga

Vereadores eleitos por “Juntos por Braga” estabelecem posições na Edilidade

Os Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos por Braga” entendem que a nomeação dos Presidentes e demais membros dos Conselhos de Administração das Empresas Públicas Municipais constitui um acto de gestão legítimo do poder eleito, pelo qual o mesmo deverá ser exclusivamente responsabilizado.

Em consonância, os Vereadores eleitos por esta Coligação e pelos Partidos que a suportam têm optado pela abstenção na votação de tais nomeações em sede de Executivo Municipal.

Assim acontece, mais uma vez, com a apreciação dos membros propostos para o Conselho de Administração dos TUB – Transportes Urbanos de Braga, empresa para a qual é proposta a recondução da maioria dos membros do Conselho de Administração em exercício, o que merece a abstenção dos signatários.

Relativamente ao Parque de Exposições de Braga – E.M., é do conhecimento público que vimos exigindo a demissão do seu actual Administrador-Delegado, Dr. Jorge Cruz, quer com base na manifesta

incapacidade de reverter a degradação das condições físicas, financeiras e comerciais do PEB, quer pela assunção de posições públicas em tal qualidade que extravasam o âmbito das suas competências e se inserem numa lógica de comissariado político, quer, ainda, pela sua divergência com a posição oficial da Autarquia sobre a aptidão desta para gerir este equipamento municipal.

A sua recondução merece, pois, a nossa reprovação, sem prejuízo de admitirmos que a substituição dos demais membros do Conselho de Administração possa vir a injectar alguma inovação e dinâmica na gestão desta empresa e a aportar algum benefício à forma como esta infra-estrutura cumpre os fins que estiveram inerentes à sua criação.

Finalmente, no que respeita à designação do Conselho de Administração da BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de



Braga – E.M. parece-nos que a mesma revela uma postura de garantia de “reciclagem política” e perpetuação no exercício de cargos públicos que não salvaguarda os requisitos de competência e experiência comprovada nas áreas sob a sua direcção que se deveriam colocar na designação destes gestores.

Sem que nada nos mova contra os indivíduos em questão no plano pessoal, vereadores eleitos pela Coligação “Juntos por Braga”, abstêm-se na votação do Conselho de Administração dos TUB e votam contra os nomes designados para os Conselhos de Administração do PEB e da BragaHabit. – **CPS, Braga**

Notícias de Sintra

Festival de cores na pintura de Camila Loureiro



A pintura de Camila Loureiro está em exposição na Galeria Municipal de Sintra, de 29 de Outubro a 16 de Novembro. Os quadros da artista são um festival de cores fortes ou suaves e fluidas, distribuídas sem qualquer preocupação com a verosimilhança. Quanto às imagens tanto são fortemente demarcadas como se evaporam na subtilidade do ambiente.

As obras de Camila Loureiro são muitas vezes figurativas, tanto ao nível da pintura como da escultura, embora se entenda uma maior liberdade formal no trabalho pictórico bidimensional. A sua obra revela-se num surrealismo poético, claramente marcante, onde pode depreender-se o seu desejo de se encontrar com novos mundos.

A pintura de Camila Loureiro é, desde sempre, genuína, intuitiva e puramente emotiva, talvez devido à música que sempre ecoou na sua mente ou à própria vida que a levou a virar-se para dentro de si mesma.

Natural do distrito de Viseu, Camila Loureiro veio para Lisboa ainda muito jovem, vivendo no concelho de Sintra há mais de 40 anos. Em Lisboa estudou e adquiriu conhecimentos vários, entre os quais, o curso de História de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, descobrindo a sua verdadeira vocação aos trinta e quatro anos de idade, quando começa a pintar.

Como bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian, investigou novos processos na arte da gravura. Foi premiada com a medalha de prata do Salão de Inventores de Bruxelas, em 1973, pela descoberta de uma nova técnica de gravura artística e recebeu uma medalha de bronze, em 1972, na II Trienal de Xilografia, em Capri.

Actualmente, o espólio da artista encontra-se representado nas colecções da Fundação Calouste Gulbenkian, do Museu della Xilografia, em Capri, Itália, e em várias outras colecções nacionais e estrangeiras, em países como Alemanha, África do Sul, Áustria, Bolívia, Brasil, Espanha, Estados Unidos da América, Canadá, Inglaterra, Iraque, Japão e Malawi.

Jornada Queirosiana

A Câmara Municipal de Sintra, em colaboração com a Fundação Eça de Queiroz, promoveu uma Jornada Queirosiana, direccionada a professores dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Secundário, alunos dos 11º e 12º anos e demais interessados.

A Jornada Queirosiana teve lugar no Palácio Valenças, em Sintra, no passado dia 14, entre as 9 e as 16 horas.

Sintra foi, sem dúvida alguma, um dos locais que mais entusiasmou o escritor e que figura destacadamente em algumas das suas obras fundamentais (Os Maias, a Capital, p.ex.) daí a realização desta jornada, onde participarão Alfredo Campos Matos, que abordará o tema “Roteiro da Geografia Queirosiana de Eça de Queiroz”; Ana Nascimento com o tema “Ler Eça de Queiroz no século XXI”; e Maria Lúcia Lepecki. - **Gab. Imp. Sintra**

EDITAL

CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (2ª Publicação)

Processo: 15/2005

CESSAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO PSD (art.9º, nº3 EN/PSD)

Data: 26 de Setembro de 2005

PARTICIPANTE: COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL DO PSD

INDICIADOS: Alexandre Miguel Duque Lourenço e outros...

O Senhor Dr. Guilherme Silva, Presidente do Conselho de Jurisdição Nacional do PSD,

Faz saber que nos autos acima identificados, correm éditos de 8 dias, contados da segunda e última publicação do anúncio, citando:

INDICIADOS: Os Exmos(as) Senhores(as) Candidatos(as) à **Câmara Municipal de Oeiras:** *Alexandre Miguel Duque Lourenço*, militante nº 73951, residente na Rua Manuel Silvestre da Costa,18-r/c- Dto 2825-366 COSTA DA CAPARICA, *Francisco José Dias Galego*, militante nº 132256, residente na Rua Infante D. Isabel,2 2780-064 OEIRAS, *Joana Micaela Salvador Baptista*, militante nº 54358, residente na Rua Eça de Queirós – Casal do Deserto 2780 PORTO SALVO, *Nuno Manuel Roldão Mendes*, militante nº 18159, residente na Rua A. Gazeta de Oeiras,8-1º-Fte 2780 OEIRAS; à **Assembleia Municipal de Oeiras:** *Abílio José Martins Fatela*, militante nº 10145, residente na Calç. do Rio,44-3º-Esq 1495-113 CARNAXIDE, *Ana Carla Rosa Vieira Ferreira*, militante nº 98215, residente na Rua Inácio de Sousa,13-3º-Dto 1500-345 LISBOA, *Armindo Carlos Cortez de Azevedo*, militante nº 25938, residente na Av. Gomes Pereira,106-1º-Esq 1500-332 LISBOA, *Custódio Mateus Correia de Paiva*, militante nº 23015, residente na Rua Bartolomeu da Costa,3-1º-Esq 2745 BARCARENA, *Diogo Mota Rodrigues Oliveira*, militante nº 51599, residente na Rua Dr. Silvio Pelico,11 - Nova Oeiras 2780-166 OEIRAS, *José Henriques Marques Santana*, militante nº 125697, residente na Rua Pêro de Alenquer do Alto do Lagoal 2760-093 CAXIAS, *José Mendes Cabrito*, militante nº 3911, residente na Rua Júlio Dantas,5 2795 QUEIJAS, *Luís Filipe Correia Henriques Barata*, militante nº 36866, residente na Alameda Alto da Barra,28-2º-Esq 2780-179 OEIRAS, *Mª Helena do Rosário Berrós*, militante nº 102239, residente na Rua Pedro Nunes,5-6º-Dto 2780-143 OEIRAS, *Miguel Alexandre Borges do Nascimento*, militante nº 8997, residente na Av. Conde de Oeiras, Torre E, R/c-Dto 2780 OEIRAS, *Ricardo António Sobral Lopes Ferreira Pereira*, militante nº 52411, residente no Lg. Prof. Henrique de Vilhena,133º-C 2795 LINDA-A-VELHA; à **Assembleia de Freguesia de Algés:** *Ana Filipa Prudêncio de Carvalho Vilar*, militante nº 27554, residente na Rua Dr. Manuel Arriaga,40-3º-Dto 1495-087 ALGÉS, *António Paulo Mendes Afonso*, militante nº 10086, residente na Av. da República,100-1º-Dto 1495-109 ALGÉS, *Catarina Mª Fonseca Abreu Fatela*, militante nº 111645, residente na Calç. do Rio,44-3º-Esq 1495-113 CACÉM, *Eunice Cristina Almeida de Jesus Lopes*, militante nº 120790, residente na Rua da Eira,45-3º-Esq 1495-050 ALGÉS, *Fernando Carvalho Fachadas*, militante nº 94336, residente na Av. dos Bombeiros Voluntários de Algés,80-6º Dt 1495-023 ALGÉS, *Hélder Alexandre da Silva Barros*, militante nº 87545, residente na Alameda da Quinta de Valejas,5-3º-Fte 2730-199 BARCARENA, *Jorge Alberto Gouveia*, militante nº 47267, residente na Rua Margarida Palha,9-8º-A 1495 ALGÉS, *Luís Manuel Ferreira Folgado*, militante nº 12676, residente na Calç. do Chafariz,5-R/c-Dto 2795 LINDA-A-VELHA, *Lurdes Cristina Ferreira Caetano*, militante nº 13357, residente na Av. dos Bombeiros Voluntários, 74-1º-B 1495-023 ALGÉS, Mário Rui P. Carvalho Vilar, militante nº 911198, residente na Rua Dr. Manuel Arriaga, 40-3º-Dto 1495-087 ALGÉS, *Sandra Cristina Amaral Monteiro*, militante nº 20463, Calç. do Rio,10-R/c-Esq 1495-113 ALGÉS; à **Assembleia de Freguesia de Carnaxide:** *Germano dos Reis Monteiro*, militante nº 89438, residente na Rua José Afonso,25-1º B 2795 CARNAXIDE, *João Carlos Coiteiro de Figueiredo*, militante nº 7207, residente na Rua Francisco Patarrão,9 2795-507 CARNAXIDE, *Jorge Manuel de Sousa Vilhena*, militante nº 26602, residente na Rua do Malvar,21-3º-Esq 2795 LINDA-A-VELHA, *Luís Manuel Neves Cristiano*, militante nº 32497, residente Av. dos Cavaleiros,30-1ºB 2795-044 LINDA-A-VELHA, *Mª João Caldeira Vieira Sampaio e Melo*, militante nº 6014, residente na Pcta António Boto,49-R/c-Esq 2795-462 CARNAXIDE, *Manuel João dos Santos Ferreira*, militante nº 89197, residente na Rua Augusto Nobre,7-2º-Dto 2795-584 CARNAXIDE; à **Assembleia de Freguesia de Caxias:** *Mónica Pereira Simões*, militante nº 108630, residente na Av. Brasília,22-5º-Esq 2780-207 OEIRAS; à **Assembleia de Freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo:** *António Luís Calvão Alcobia*, militante nº 3526, Rua Gil Vicente,10-R/c-Dto 2790-351 QUEIJAS, *Bernardo da Silva e G. Noronha Serro*, militante nº 129066, residente na Rua José Malhoa,5-1º-Dto 2780-017 OEIRAS, *Fátima Filomena Ramos de Faria*, militante nº 29266, residente na Av. Ivens,82 1495-728 CRUZ QUEBRADA, *Gonçalo Miguel C. Neto Figueiras*, militante nº 43447, residente na Av. D. Pedro V,15-4º-Esq 2795-151 LINDA-A-VELHA, *Luís Nobre Ramos de Faria*, militante nº 1726, residente na Av. Ivens,82 1495-728 CRUZ QUEBRADA; à **Assembleia de Freguesia de Linda-a-Velha:** *Ana Cristina Martins Rodrigues*, militante nº 11595, residente na Rua Actor Francisco Ribeiro,7-2º-C 2795 QUEIJAS, *Armando Henriques Lobão Ferreira*, militante nº 1775, residente na Av. Tomás Ribeiro,17-2º-Dto 2795-186 LINDA-A-VELHA, *Herondino Jorge Camarinho*, militante nº 9262, residente na Pcta António Enes,10-3º-Esq 2795-019 LINDA-A-VELHA, *Inês Filipa de Sousa de Vilhena*, militante nº 119297, residente na Rua do Malvão,21-3º-Esq 2795-155 LINDA-A-VELHA, *Júlio Manuel Fidalgo Fonseca*, militante nº 44590, residente na Rua Diogo Couto, 15-4º-A 2795 LINDA-A-VELHA, *Mª Antonieta Paixão Correia Nogueira*, militante nº 90057, residente na Rua Eng. José Frederico Ulrich,37-4º-Dto 2795 LINDA-A-VELHA, *Mª da Conceição C. Póvoa Neto Figueiras*, militante nº 9839, residente na Av. D. Pedro V,15-4º-Esq 2795 LINDA-A-VELHA, *Mª Fernanda Pita de Almeida*, militante nº 39763, residente na Rua Actor Chaby Pinheiro,5-1º-Dto 2795 LINDA-A-VELHA, *Orlando Plaisant Nogueira*, militante nº 90058, residente na Rua Eng. José Frederico Ulrich,37-4º-Dto 2795 LINDA-A-VELHA, *Ricardo António S. Ferreira Pereira*, militante nº 52411, residente no Lg. Prof. Henrique de Vilhena,13-3º-C 2795 LINDA-A-VELHA, *Victor Manuel Pereira de Almeida*, militante nº 39764, residente na Rua Actor Chaby Pinheiro,5-1º-Dto 2795 LINDA-A-VELHA; à **Assembleia de Freguesia de Oeiras e S. Julião da Barra:** *Ana Maria Pina Guerra Ferreira do Ó*, militante nº 108625, residente na Rua Dr. Silva Paulo,8-1º-Esq 2780 OEIRAS, *Bernardo Mª Freire Caldeira*, militante nº 119846, residente na Av. Brasília,5-R/c-Dto 2780-207 OEIRAS, *José Fernando Sanchez Fernandes*, militante nº 68321, residente na Rua Abel Manta,32-3º-Dto 2780 OEIRAS, *Rui Jorge Rua Nunes da Silva*, militante nº 103700, residente na Av. do Brasil,91-5ºA 2735-673 AGUALVA-CACÉM; à **Assembleia de Freguesia de Paço de Arcos:** *Jorge Francisco P. Martins da Luz*, militante nº 43066, residente Rua Adriano José da Silva,19-1º-Esq 2780-549 PAÇO DE ARCOS, *Luís Gonçalo Santos Teodósio*, militante nº 58371, residente na Rua Adriano José da Silva,17-3º-C/v-Esq 2780 PAÇO DE ARCOS, *Luís Carlos Silva Dias*, militante nº 86803, residente na Rua Costa Pinto,176-2º-Dto 2780 PAÇO DE ARCOS; à **Assembleia de Freguesia de Porto Salvo:** *João Luís Lobo*, militante nº 68351, residente na Pcta Manuel Batista,7-R/c 2780 PORTO SALVO, *João Miguel F. Peralta Figueiredo*, militante nº 93345, residente na Rua António Roberto Batista,32-2º-Dto 2780 PORTO SALVO, *Ricardo Manuel Serra Baptista*, militante nº 48298, residente na Rua Eça de Queirós – Casal do Deserto 2780 PORTO SALVO, *Tânia Marina Nunes Levy Meiners*, militante nº 73281, residente na Av. D. Pedro V,10B-1º 2740-042 PORTO SALVO, *Salvador António Martins Bastos Costeira*, militante nº 16137, residente na Rua João Luís de Moura,15 2780-856 PORTO SALVO; à **Assembleia de Freguesia de Queijas:** *Ana Cristina Barreto Carvalho de Almeida*, militante nº 135596, residente na Av. da Acácias,21-2º-A – Jardins da Parede 2775-342 PAREDE, *Ana Isabel da Silva Simões Gaspar*, militante nº 15374, residente na Estrada das Várzeas,2 2795 QUEIJAS, *António Ricardo Henriques Costa Barros*, militante nº 45403, residente na Rua Fernão Lopes,22-A 2795 QUEIJAS, *José Augusto da Silva Santos*, militante nº 90802, residente na Rua S. João Bosco, 2-1º-Dto 2790-434 QUEIJAS, *Mª Irene A. Soares Domingues*, militante nº 58822, residente na Rua dos Arcos,13 2795-772 QUEIJAS, *Silvia Alexandre Gonçalves Marques*, militante nº 58823, Rua Guilherme Gomes Fernandes,1-B 2795 QUEIJAS, com última residência conhecida na morada indicada, para no prazo de oito (8) dias, acrescidos da dilação legal, decorrido que seja o dos éditos, pronunciar-se, querendo, sobre os factos referidos pela participante e que consiste na imputação da infracção prevista no artº 9, nº 3 dos Estatutos do Partido Social Democrata – integração nas listas de candidaturas às Eleições Autárquicas de 9 de Outubro de 2005, concorrentes das Listas apresentadas R. pelo PPD/PSD -.

Passei o presente e mais dois de igual teor para serem afixados.

Guilherme Silva
O Presidente do CJN/PSD

Notas:

- Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste Processo.

- Qualquer consulta ao processo *supra* poderá ser feita pelo próprio junto do secretariado do CJN/PSD, sito Rua de São Caetano, nº9, Lisboa, telefone 213918530, dentro do horário de expediente.



CINFÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes inscritos na Secção de Cinfães do PSD, para uma Assembleia de Secção Ordinária, a realizar no próximo dia 12 de Novembro de 2005, pelas 15h00, na sede do partido, sita ao Largo 25 de Abril – Centro Comercial Miranda, 1º - Loja 5 – Vila de Cinfães, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política;
2. Eleições Autárquicas 2005.

DISTRITAL AREA OESTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital Da Área Oeste do PSD, para reunir no próximo dia 12 de Novembro de 2005, pelas 21h30, na sede do Rancho Folclórico Podas e Vindimas, na Rua Luís de Camões em Arruda dos Vinhos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Análise da situação política.

Nota: Estará presente nesta reunião o Vice-Presidente da CPN do PSD, Dr. Carlos encarnação

DISTRITAL DE BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Bragança para reunir no próximo dia 6 de Novembro de 2005, pelas 15h00, na Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos de interesse.

Nota: Estará presente um membro da Comissão Política Nacional.

DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Ao abrigo do artigo 39º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Castelo Branco para reunir no próximo dia 12 de Novembro de 2005 (sábado), pelas 15h00, no Auditório do Instituto Português da Juventude em Castelo Branco, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Eleições Presidenciais;
3. Análise da situação política.

DISTRITAL DE SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal, para reunir no próximo dia

7 de Novembro de 2005, segunda-feira, pelas 21h00, no Novotel, em Setúbal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação político-partidária.

Nota: Nesta reunião estará presente o Secretário-Geral do PSD, Dr. Miguel Macedo.

DISTRITAL DE VISEU

Nos termos dos artigos 37º e 39º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Distrital do PSD de Viseu, para uma reunião extraordinária, no próximo dia 12 de Novembro de 2005 (sábado), pelas 16h30, no Salão Nobre da Assembleia Municipal (Solar dos Peixotos), em Viseu, que conta com a presença do Presidente do PSD, Dr. Luís Marques Mendes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação política nacional e resultados das eleições autárquicas.

DISTRITAL DE VISEU

Ao abrigo dos Estatutos do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos distritais e locais do PSD, convocam-se todos os militantes, dotados de capacidade eleitoral activa para os órgãos distritais para, conforme a respectiva secção de inscrição em que militem, reunirem em Assembleia, no dia **2 de Dezembro de 2005, sexta-feira**, em todas as Secções do Distrito de Viseu, entre as **20h30 e as 22h30**, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: **Eleição dos Órgãos Distritais de Viseu do PSD**

- a) Mesa da Assembleia Distrital;
- b) Comissão Política Permanente Distrital;
- c) Conselho de Jurisdição Distrital;
- d) Delegados de Secção à Assembleia Distrital

Notas:

As candidaturas para a Eleição dos órgãos mencionados nas alíneas a), b) e c), terão de ser entregues nos termos dos Estatutos do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos distritais e locais do PSD, na sede distrital, ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem o represente, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (até às 24h00 de 29/11/2005).

As candidaturas para a eleição mencionada na alínea d) terão de ser entregues nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral, ao Presidente da Assembleia de Cada Secção, ou a quem o represente, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (até às 24h00 de 29/11/2005).

Todos os militantes votam nas respectivas sedes de Secção, à excepção de Armamar - Salão Paroquial de Armamar;

Penalva do Castelo – Rua Alexandre Herculano, nº 13, Penalva do Castelo;

Penedono – Bairro do Prazo, Penedono;

S. João da Pesqueira – Junta de Freguesia de S. João da Pesqueira;

Tarouca – Antigas instalações do café “Chave d’Ouro”, Tarouca;

Vila Nova de Paiva – Largo da Restauração, Vila Nova de Paiva.

Barca, para reunir no próximo dia 12 de Novembro de 2005, pelas 15h00, na sede do PSD – sita na Rua Condes da Folgosa nº1 Ap. 4, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Análise dos resultados das eleições autárquicas;
- 2- Outros assuntos de interesse.

Nota: De acordo com os Estatutos, se há hora marcada não houver quórum, a Assembleia funcionará após 30 minutos com qualquer número de militantes.

FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Secção de Figueira de Castelo Rodrigo do PSD, para a Assembleia Eleitoral a realizar-se no dia 4 de Dezembro de 2005, pelas 17h00, na Sala de Reuniões da Junta de Freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo, sita na Rua de Santa Maria de Aguiar, em Figueira de Castelo Rodrigo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00;

As listas candidatas terão que ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, à Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem a possa substituir estatutariamente.

GAVIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes do PSD do Gavião para uma Assembleia da Secção a realizar no dia 12 de Novembro de 2005 (sábado), pelas 20h30, na sede do PSD, sita na Rua Dr. Dias Calazans (junto ao Largo das bombas de gasolina), no Gavião, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise dos resultados das Eleições Autárquicas de 9 de Outubro;
3. Eleição Presidenciais/2006;
4. Análise da situação Político-partidária.

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção da Maia, para reunirem no próximo dia 25 de Novembro de 2005 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia, sita à Rua Eng. Duarte Pacheco nº 987 – Vermoim – Maia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD/PPD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ponte da

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Portimão, para reunir em Plenário no próximo dia 18 de Novembro de 2005 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede Concelhia do PSD, sita na Rua Machado Santos, nº 17, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Período antes da ordem do dia;
2. Análise da situação política local, regional e nacional;
3. Diversos

Nota: Se à Hora marcada o número de militantes não for suficiente para que a Assembleia funcione, esta realizar-se-á meia hora mais tarde com os presentes.

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção Extraordinária do PSD de Portimão a ter lugar pelas 15h00 do dia 3 de Dezembro de 2005 (sábado), na sede concelhia sita na Rua Machado Santos, nº 17, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: A entrega das listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A Mesa da Assembleia de Secção estará representada pelo Presidente ou Vice-Presidente, na sede concelhia, para recepção de listas e para esclarecimento, no terceiro dia anterior ao acto eleitoral das 22h00 às 24h00.

As urnas para o acto eleitoral estarão abertas das 15h30 às 19h00.

Só poderão exercer o seu direito de voto os/as companheiros/as que tiverem as suas quotas em dia.

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata (art. 51º e art. 66º), convocam-se todos os militantes inscritos na secção de Ponte de Lima, Assembleia de Secção a realizar no próximo dia 18 de Novembro de 2005, pelas 21h, na sede concelhia, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, em Ponte de Lima, com a seguinte



Ordem de Trabalhos:

1. Informações;
2. Balanço das eleições autárquicas 2005;
3. Apreciar a actuação da Comissão Política da Secção e dos Núcleos.

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Maria da Feira, para reunirem no próximo dia 7 de Dezembro de 2005, a realizar na sede da Secção, sita à Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na cidade de Santa Maria da Feira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As urnas estarão abertas das 19h00 às 23h00.

As listas candidatas terão que ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, à Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem a possa substituir estatutariamente, na sede Concelhia, encontrando-se a sede aberta para o efeito, nos dias 3 e 4 de Dezembro das 21h00 às 24h00.

As candidaturas em listas, as respectivas proposituras, bem como, as declarações de aceitação subscritas pelos candidatos e outros aspectos a considerar inerentes ao acto eleitoral, deverão respeitar os Estatutos Nacionais e o Regulamento Eleitoral em vigor.

SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santo Tirso, para reunirem no próximo dia 18 de

Novembro de 2005 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia, sita no Centro Comercial Carneiro Pacheco, Rua Dr. Carneiro Pacheco, piso 1, loja 5, na cidade de Santo Tirso, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise dos resultados das Eleições Autárquicas;
2. Eleições Presidenciais;
3. Outros assuntos de interesse.

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se os militantes da Secção de Vila Nova de Gaia, do PSD, para reunirem em Assembleia Plenária no dia 18 de Novembro de 2005, pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323 - Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da Situação Política.



DISTRITAL DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se Conselho Distrital da JSD de Lisboa, para o dia 10 de Novembro de 2005, quinta-feira, pelas 21h00, no Auditório da Sede Nacional do PSD, R. de São Caetano, n.º 9, Lisboa.

Ordem de Trabalhos:

1. Análise dos resultados das Eleições Autárquicas 2005;

2. Análise da situação Política

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD/Valongo para o dia 2 de Dezembro de 2005, pelas 16h00 na Sede Concelhia, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 870, em Ermesinde, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição para a Comissão Política de Secção e Mesa de Plenário de Secção.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia.

A urna estará aberta das 16h00 às 20h00.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD Concelhia do Porto, para reunir no próximo dia 10 de Novembro de 2005, pelas 21h30, na Sede Concelhia, sita na Rua Pinheiro Manso, n.º 305, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Análise da Situação Política.

MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os órgãos locais da JSD, convoco o Plenário de Secção do Montijo, para o dia 5 de Dezembro de 2005, pelas 21h30, na Sede da Secção do PSD de Montijo, com a seguinte;

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24h00 do terceiro dia anterior ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem ao abrigo dos Estatutos a possa substituir na Sede do PSD do Montijo.

As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de candidatura de todos os candidatos e listas de subscritores.

As urnas estarão abertas das 22h00 às 23h30.

ALBERGARIA - a - VELHA

Ao abrigo das disposições Estatutárias e Regimentais, convoco o Plenário dos Militantes da Secção de Albergaria - a - Velha da JSD, para reunir ordinariamente no próximo dia 12 de Novembro de 2005, pelas 21h00, na Sede do PSD, sita na Av.ª Napoleão, n.º 12, na Vila de Albergaria - a - Velha, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Análise da Situação Política;
- 2- Outros assuntos de interesse.

PONTE de LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Ponte de Lima, para reunir no próximo dia 4 de Novembro de 2005, pelas 21h00, na Sede da Concelhia do PSD, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Análise dos resultados das Eleições Autárquicas;
- 2- Análise da Situação Política Local e Nacional;
- 3- Apresentação de Projectos da JSD Concelhia de Ponte de Lima;
- 4- Outros assuntos de interesse.

Leia, assine e divulgue

POVO LIVRE

TABELA DE ASSINATURAS			
Continente	Regiões Autónomas		
6 meses.....	16,21€	6 meses.....	22,45 €
12 meses.....	29,93€	12 meses.....	38,91 €
Apoio.....		59,86€	
Estrangeiro			
	semestral	anual	
Espanha.....	22,45 €	38,91 €	
Europa, Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Macau.....	29,93 €	64,84 €	
Outros Países.....	59,86 €	94,77 €	

BOLETIM DE ASSINATURA	
PSD - Rua de São Caetano à Lapa, 9 - 1200 Lisboa CODEX - Tel. 213952140	
Nome:	_____
Morada:	_____
Freguesia:	_____
Cód. Postal:	Localidade: _____
Assinatura:	<input type="checkbox"/> Nova <input type="checkbox"/> Renovação <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual
Militante nº:	_____
Junto envio cheque nº:	_____
Segre Vale correio nº:	_____
Junto numerário no valor de:	_____
Assinatura	

Receba semanalmente o Órgão Oficial do Partido

As Presidenciais e o Conselho Nacional da JSD

No passado dia 28 de Outubro, reuniu-se em Lisboa o Conselho Nacional da JSD. O órgão máximo da JSD entre congressos reuniu extraordinariamente com um único ponto na ordem de trabalhos: as eleições presidenciais.

Os conselheiros nacionais tiveram assim a oportunidade de expor e debater as suas opiniões relativamente às eleições presidenciais, tendo no final sido unânime a declaração de apoio à candidatura do Professor Cavaco Silva à Presidência da República. Este apoio foi consumado através da moção “O Futuro tem Presidente” que passamos a transcrever.

MOÇÃO - O FUTURO TEM PRESIDENTE

As próximas eleições presidenciais assumem uma importância estratégica no futuro de Portugal e dos Portugueses.

Ao fim de sete meses já todos percebemos que com este governo não há futuro para Portugal.

A candidatura do Prof. Cavaco Silva vem dar esperança aos Portugueses e, fundamentalmente aos Jovens do nosso País.

Portugal vive actualmente um conjunto de desafios que exigem o máximo de empenho, de rigor e de mobilização do povo Português.

Precisamos de nos afirmar no quadro político europeu, assumir o desafio da competitividade com sentido de responsabilidade, e garantir a convergência com os nossos parceiros europeus.

O Presidente da República tendo em conta o panorama político interno e externo que o país atravessa, deve representar mais do que um moderador institucional, ou um mero símbolo da república.

O Presidente da República tem de ser um factor de união do povo Português sendo capaz de o mobilizar para os desafios que enfrentamos.

O Prof. Cavaco Silva dá garantias à Juventude Portuguesa de assegurar a estabilidade interna de Portugal, tendo também a capacidade de olhar com a ousadia para o futuro.

Nunca é demais lembrar que foi durante os governos do Prof. Cavaco Silva que mais avanços se realizaram no domínio das políticas de Juventude em Portugal.

Em nenhum outro período da história da democracia portuguesa se fez tanto pela Juventude de Portugal.

Foi durante o Governo do Prof. Cavaco Silva que foi criada a rede turística juvenil – pousadas de juventude, a rede de informação descentralizada – delegações regionais do IPJ, o cartão jovem, e a política de habitação jovem.

Foi também nos Governos do Prof. Cavaco Silva que, pela primeira vez, a importância estratégica da Juventude encontrou reflexos na orgânica do Governo.

Os desafios que Portugal enfrenta exigem que o próximo Presidente da República seja alguém que tenha a capacidade de unir e mobilizar os portugueses, e afirmar-se como um referencial de competência, de rigor e de estabilidade.

Portugal precisa de um Presidente da República que dê esperança aos Portugueses.

Portugal precisa de um Presidente da República que nos permita voltar a acreditar na capacidade em empreendedora dos portugueses.

Portugal precisa de voltar a acreditar que é possível fazer política com seriedade e com credibilidade.

Portugal precisa de voltar a acreditar que a Presidência da República servirá os interesses do país e não interesses partidários.

Portugal precisa de voltar a acreditar que o Presidente da República é um elemento de estabilidade e de unidade nacional.

A JSD acredita que apenas Cavaco Silva cumpre aquela que é uma necessidade nacional: Unir, Mobilizar e fazer Sonhar os Portugueses.

Com Cavaco Silva o Futuro tem Presidente.

O Conselho Nacional da JSD

Lisboa, 29 de Outubro de 2005

JSD debate nova lei do Associativismo Jovem

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto colocou recentemente a discussão pública uma proposta de lei para o Associativismo Jovem.

Esta tem por base o documento elaborado por Pedro Duarte enquanto Secretário de Estado da Juventude da anterior legislatura, introduzindo-se no entanto algumas alterações.

A JSD entende que algumas destas modificações são penalizadoras e restritivas para o movimento Associativo, estando por isso a acompanhar atentamente o debate em torno da nova proposta, marcando presença e fazendo valer as suas posições nos fóruns em que tem assento: CNJ (Conselho Nacional da Juventude) e CCJ (Conselho Consultivo da Juventude).

A JSD não abdicará de uma política de rigor tendo e que tenha por base a meritocracia.

A estrutura atribui grande importância à nova lei do Associativismo, prevendo-se que um dos pontos da ordem de trabalhos do próximo Conselho Nacional ordinário da JSD seja a análise e discussão da nova legislação. O



debate interno levará ao aparecimento de propostas de alteração ou mesmo à apresentação de um Projecto próprio.

De referir ainda que foi criado um espaço no site da JSD onde militantes, simpatizantes e demais interessados poderão deixar críticas e sugestões à proposta de lei para o Associativismo Jovem.

Na sequência do Conselho Nacional

Delegação do PSD ao mais alto nível oficializa apoio do Partido



Na sequência do apoio definido (por unanimidade e aclamação) no último Conselho Nacional do PSD, à candidatura presidencial do Professor Cavaco Silva, o Presidente do Partido, Luís Marques Mendes deslocou-se à sede da candidatura, para dar, a Cavaco Silva, conhecimento formal da decisão do Partido.

O líder social-democrata chefiava uma delegação (composta pela Doutora Manuela Ferreira Leite, Presidente da Mesa do Congresso e pela vice-Presidente do PSD, Paula Teixeira da Cruz), que esteve mais de uma hora reunida com Cavaco Silva.

À saída, Marques Mendes clarificou a decisão do nosso Partido, afirmando que “Portugal precisa de um choque de vida e de um choque de confiança.” Para Marques Mendes, Cavaco Silva é quem melhor cumpre esse designio, pois tem

“propostas positivas e mobilizadoras” que permitirão dar “confiança a Portugal e segurança aos portugueses”.

Sobre a forma como PSD entrará numa campanha que se tem definido como suprapartidária, Marques Mendes explicou que “neste momento já há pessoas da direcção do partido nos órgãos da candidatura” e haverá também um “empenhamento de todo o partido, de todos os seus órgãos, dos militantes e simpatizantes” na campanha eleitoral das presidenciais. Mas, ressalva, o apoio do PSD não é o “único, haverá muitos outros, de independentes e de outros partidos”, já que se trata de uma “candidatura para além dos partidos, uma candidatura nacional”.

“Vim dizer ao professor Cavaco Silva que lhe desejo muita sorte e muito sucesso, porque o seu sucesso será o sucesso do país”, declarou, sustentando que “Portugal precisa de um choque de vida e de confiança” para o qual ele tanto poderá contribuir.

O líder social-democrata considerou que o gesto de Cavaco Silva de se desvincular do PSD, entregando o respectivo cartão, foi, nesse sentido, “simbólico”, e representa um sinal de que pretende exercer de forma “isenta e independente” a função de Presidente, caso seja eleito.

O Presidente do PSD e os membros da delegação, antes de terminarem a visita, ainda contribuíram com as suas assinaturas para a recolha das 7500 necessárias à oficialização da

candidatura.

Marques Mendes afirmou que os candidatos presidenciais, adversários de Cavaco Silva aparecem como tendo, como único objectivo, derrotar o ex-Primeiro-Ministro, fazendo passar para segundo lugar as suas próprias propostas para o País. E disse: “Constato que os demais candidatos além do professor Cavaco Silva têm uma única preocupação, que os une a todos: tentar derrotar ou tentar evitar a sua vitória”, congratulando-se pelo antigo Presidente do PSD “seguir o critério oposto e falar sobretudo da Pátria Portuguesa e do seu futuro”.

Fontes: DN, Lusa, PL



Conselho Nacional de 29 de Outubro

Deliberação (*)

- No passado dia 20 o Professor Cavaco Silva apresentou ao País a sua candidatura Presidencial mencionando com clareza as razões nacionais que a determinam.
- Considerando que:
 - O Professor Cavaco Silva tem um longo passado de serviço à causa pública, nomeadamente como Primeiro-Ministro de três Governos que levaram a cabo uma obra notável de modernização e progresso no nosso País;
 - O Professor Cavaco Silva é um exemplo de probidade, de competência, de rigor, de isenção e de coragem;
 - O Professor Cavaco Silva interpreta, convictamente, valores essenciais como o humanismo personalista, o respeito pelos direitos e liberdades individuais, a igualdade de oportunidades, a justiça social, a autoridade

democrática e a unidade do Estado;

- Na sua declaração do passado dia 20 o Professor Cavaco Silva deixou claro o seu profundo conhecimento dos problemas difíceis que o País enfrenta, tornou inequívoca a sua ambição de ajudar activamente à sua superação, e acima de tudo afirmou a sua confiança na capacidade dos Portugueses;
 - O Professor Cavaco Silva é claramente o estadista Português que melhores condições reúne para gerar confiança no País, credibilidade nas nossas instituições e esperança no futuro de Portugal;
 - E, por fim, que o Professor Cavaco Silva expressou um correctíssimo entendimento das competências Presidenciais nos termos da nossa lei fundamental,
- O Conselho Nacional do PSD, reunido no dia 29 de Outubro de 2005, delibera apoiar a candidatura do Professor Cavaco Silva à Presidência da República.

A Comissão Política Nacional do PSD

* Aprovado por unanimidade e aclamação

Propriedade PSD-Partido Social Democrata

Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas) Rua de São Caetano à Lapa, 9 1249-087 LISBOA - Telef. 213978500 - Fax. 213973168 - Depósito legal nº1970/83 - I.C.S. nº 105690
 Composição - Direcção dos Serviços de Comunicação-PSD - Impressão - Mirandela Artes Gráficas, SA, Rua Rodrigues Faria, 103 - 1300 LISBOA
 Distribuição - VASP Distribuidora de Publicações - Complexo Crel Bela-Vista - Rua da Tascosa, 4º Piso - Massamá - Telef. 214398500 - Fax 213976967

POVOLIVRE
 91710870 214410